

# **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ICMBio**

## **RESUMO DO ESTUDO QUE SUBSIDIOU A CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAZONAS**

### **Sul do Amazonas, nova fronteira de desenvolvimento sustentável**

Uma nova fronteira de desenvolvimento socioambiental começa a surgir no sul do Amazonas, com a criação de cinco unidades de conservação (UC) federais e a ampliação de uma já existente. As UCs ficam na região dos municípios de Apuí, Borba, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã.

De acordo com os decretos publicados no Diário Oficial da União dos dias 11 e 12 de maio de 2016, foram criadas a Área de Proteção Ambiental Campos de Manicoré, a Reserva Biológica Manicoré, as Florestas Nacionais de Aripuanã e Urupadi e o Parque Nacional Acari e ampliada a Floresta Nacional Amana.

O projeto tem dois grandes objetivos. De um lado, visa proteger a rica biodiversidade da Floresta Amazônica, na região entre os rios Madeira e Tapajós, que já sofre com a pressão humana e abriga imensa variedade de espécies de plantas e animais – alguns endêmicos (só existem no local) e raros; outros ameaçados de extinção ou recém-descobertos pela ciência.

De outro lado, busca incrementar a economia, por meio do ecoturismo e da exploração sustentável da floresta, criando oportunidades de emprego e renda para os quase 200 mil moradores da região, que tem um dos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixos do País.

Juntas, as unidades somam 2,83 milhões de hectares de terras da União, repassadas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do programa de regularização fundiária da Amazônia, o Terra Legal.

As terras foram destinadas ao MMA para avaliação da viabilidade de criação de unidades de conservação. Os estudos técnicos e socioeconômicos atestaram a qualidade ambiental e o baixo nível de ocupação humana das glebas, confirmando a pertinência da criação e ampliação das unidades no local.

Em audiências públicas, representantes dos governos estadual e federal, prefeituras, setor produtivo, lideranças comunitárias e moradores da região discutiram a ideia e deram aval para a sua concretização.

Técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) elaboraram as propostas de criação e ampliação das unidades, tendo o cuidado de excluir as chamadas áreas consolidadas, isto é, locais em que já havia ou estavam previstas outras atividades econômicas.

O desenho das unidades, portanto, deixou de fora áreas abertas para pastagem, mineração ou com potencial hidrelétrico, assim como áreas usadas ou reservadas para equipamentos públicos e privados que integram a infraestrutura dos municípios. Nos locais onde foram identificadas populações tradicionais, a categoria de UC proposta é compatível com a presença das pessoas.

### **Proteção da biodiversidade**

As unidades compõem um grande mosaico de áreas protegidas entre as bacias dos rios Madeira e Tapajós, reforçando ações conservacionistas na região da Amazônia brasileira apontada como de extrema importância ambiental e de grande potencial de biodiversidade.

A região abriga áreas de endemismo de primatas e pássaros, o que sugere um grau de variação geográfica e endemismo biológico maior que em qualquer outro lugar na Amazônia.

Lá, ocorrem pelo menos 13 espécies de primatas, sendo três delas endêmicas e descritas recentemente (*Mico manicorensis*, *Callibella humilis*, *Callicebus bernhardi*). Entre os primatas, há ainda nove espécies consideradas vulneráveis à extinção, de acordo com as categorias da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Estima-se que existam na área cerca de 800 espécies de aves, o que equivale à quase metade de toda a avifauna (conjunto das aves) brasileira. São espécies que vivem em ambientes peculiares ou restritas a áreas de endemismo, como *Skutchia borbae*, *Conopophaga melanogaster* e *Odontorchilus cinereus*.

Ocorrem na região também espécies de aves raras, poucas conhecidas ou recém-descritas pela ciência, como *Micrastur buckleyi*, *Odontophorus gujanensis* e *Aratinga pertinax*, entre outras. Duas espécies novas de aves foram descobertas, porém ainda não descritas.

Pesquisas recentes citam a possibilidade de existir espécies de peixes não descritas pela ciência do gênero *Hemiodus* e *Thayeria*. Mas, o grande destaque são os acaris, peixes que habitam o fundo dos rios. Algumas espécies desse grupo estão ameaçadas de extinção pela coleta para criação

em aquários.

## **Avanços para a economia da região**

Ao mesmo tempo em que garantem a proteção da natureza e ajudam a evitar o desmatamento, as unidades de conservação vão estimular atividades sustentáveis com grande repercussão na economia da região.

A criação do Parque Nacional do Acari, que se junta aos parques nacionais do Juruena e Campos Amazônicos, bem perto, possibilitarão o desenvolvimento do ecoturismo, ainda muito incipiente na região. No local, só há, por enquanto, duas pousadas que recebem turistas adeptos da pesca esportiva.

Além da beleza cênica da floresta e campos e dos banhos em rios e cachoeiras, as áreas dos parques são de fácil acesso para o turista. Ficam próximas à sede do município de Apuí, que dispõe de aeroporto com voos semanais e acesso a rodovias, uma federal e outra estadual.

A criação das duas florestas nacionais e a ampliação da Floresta Nacional de Amaná, aliadas às florestas nacionais de Jatuarana e de Pau-Rosa, já existentes no local, formarão um novo pólo de manejo florestal sustentável na Amazônia, com boa infraestrutura de escoamento da produção pela BR-230 ou pelo rio Aripuanã.

Estudo do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), sobre o aproveitamento médio dos recursos madeireiros da região, com produtividade de 18 m<sup>3</sup>/ha e ciclo de corte de 30 anos, mostra que há condições de se produzir 1 milhão m<sup>3</sup> de toras ao ano. O faturamento bruto é avaliado em R\$ 499 milhões.

Essa produção, segundo o estudo, pode gerar 14,7 mil empregos, sendo 4,8 mil diretos e 9,9 mil indiretos. Só com os empregos diretos, tem-se uma massa salarial de R\$ 7,5 milhões, se considerado o salário médio de R\$ 1,5 mil.

Já a arrecadação estimada com impostos é de R\$ 117,5 milhões, sendo que R\$ 23,5 milhões ficariam nos municípios que abrigam as florestas nacionais, R\$ 54,8 milhões iriam para o Estado do Amazonas e R\$ 99,8 milhões para o governo federal.

## **Resultados esperados**

Com o projeto de criação e ampliação das unidades de conservação no sul do Amazonas, a intenção é que todos saiam ganhando: a natureza, que será conservada para as atuais e futuras gerações; os empresários, que poderão

investir em novos negócios; os governos municipais, estadual e federal, que deverão arrecadar mais; e os moradores da região, que terão oportunidade de desfrutar de melhores condições de vida.